



Casais estrangeiros têm menos resistência em adotar crianças negras ou maiores de dois anos do que os brasileiros

Adoção: antes tarde do que nunca

Famílias e entidades mostram o valor dos pais adotivos que não se importam com a idade da criança. O que interessa é que ela também tem direito a uma família

Immaculada Lopez

Ivan está pronto para ir à escola. Despede-se do seu pai Paulo e dá um beijo na avó Vanda. Dona Vanda está ninando no colo a mais nova netinha, Cynthia, de apenas três meses. Cynthia sorri para a mãe Sueli, que vem chamar as crianças para o almoço. Três gerações de uma grande família, construída não pelas relações de sangue, mas pela descoberta da importância de adotar uma criança independente da sua idade, da sua etnia, do seu estado de saúde: as chamadas adoções tardias e inter-raciais, hoje tão raras entre os brasileiros. Deixar de lado os preconceitos e as idealizações ainda é um desafio para a nossa sociedade.

Vanda Pereira, hoje com 65 anos, já tinha quatro filhos quando adotou Paulo com poucos meses de idade. "O primeiro 'negão' da família", brincam juntos. No momento em que Paulo fez 15 anos, dona Vanda e seu marido decidi-

ram que a família poderia crescer ainda mais. Adotaram Luiz, Edmundo e Carolina. Então, chegou a vez de Paulo e seus irmãos darem prosseguimento à história. Hoje, dos trinta netos de dona Vanda, 17 são adotivos. "Mas não somos uma exceção, uma família 'especial'. Somos normais." Dona Vanda faz questão de dizer que a adoção é uma experiência que qualquer família pode assumir.

Paulo Sérgio Pereira dos Santos e a esposa, Sueli Lima dos Santos, contam que a adoção fazia parte do planejamento familiar do casal. Hoje têm sete filhos pequenos, entre eles quatro adotivos. Paulo e a pequena Cynthia chegaram ainda bebês. Os irmãos Ivan e Vanessa vieram com seis e quatro anos e estão na família há um ano. "Quando decidimos que está na hora de adotar, acolhemos a primeira criança que chega. Não importa a idade ou a cor da pele."

Desencontro social - Essa postura está longe de ser a mais comum no país. Na grande maioria dos casos, os

casais apresentam várias pré-condições: "Só fazemos questão que seja recém-nascido, saudável e com pele clara." As exigências resultam, por um lado, em longas filas de espera nos juizados e, por outro, na permanência de milhares de crianças em instituições.

O fórum central da cidade de São Paulo é um exemplo. Em agosto, nove crianças foram adotadas (sem contar as situações de fato que foram regularizadas). Um bebê recém-nascido "branco" e três "pardos", uma criança entre um e três anos "parda" e duas "negras" foram adotadas por casais de outros países. As duas únicas adoções por brasileiros foram de recém-nascidos e "brancos". As restrições entre os brasileiros se repetem a cada mês. Entre os estrangeiros, não é maior apenas a flexibilidade, mas a própria procura por filhos adotivos. Até o final de agosto, eram 42 casais do Brasil inscritos e 162 do exterior. No fim de setembro, o número de brasileiros permaneceu o mesmo, mas o de estrangeiros saltou para 278.

Paulo e Sueli defendem a mudança desse cenário. "A adoção internacional é uma alternativa, mas não pode se tornar um projeto." O casal acredita na possibilidade do próprio país resolver o problema social de tantas crianças sem família. Eles mesmos são um exemplo vivo de como os conflitos de uma adoção tardia e inter-racial podem ser enfrentados e superados. Por isso, sua família decidiu incentivar e apoiar outras pessoas a viver essa experiência. No final do ano passado, criaram o projeto "Acalanto". Prevenir o abandono, atender menores já abandonados, estimular e divulgar a adoção e acompanhar as novas famílias adotivas são as tarefas diárias do grupo.

O mal das instituições - "O casal, geralmente, encara a adoção como meio de realizar um desejo pessoal", destaca o psicólogo Fernando Freire, responsável em São Paulo pelo programa de adoção da Terra dos Homens, entidade de origem suíça que, desde 90, vem estimulando adoções tardias e inter-raciais no país. Para Fernando, o foco principal deve sair dos pais e começar a iluminar a criança. "A adoção precisa ser reconhecida como expressão do direito dos meninos e meninas de ter uma convivência familiar e comunitária." Direito esse garantido no Estatuto da Criança e do Adolescente.

O artigo 92 do estatuto é bem claro: primeiro devem ser preservados os vínculos com a família de origem. Se não for possível, deve ser procurada uma família substituta para a criança. Só em último caso ela deve permanecer em uma instituição. Princípios que deviam ser seguidos nessa ordem. Mas na realidade as instituições vêm ocupando um papel de destaque. "Hoje a institucionalização é admitida como uma boa solução. Uma saída historicamente estabelecida para as crianças que perdem os laços com seus pais naturais." Fernando denuncia o grande número de crianças esquecidas nas milhares de instituições espalhadas pelo país. "Quem são? Quantas são? Onde estão suas famílias? Qual sua história?"

Evitar o abandono é um ideal que não pode ser perdido de vista. "Mas já existem muitas crianças sem família", afirma o psicólogo. Restam duas alternativas: ou criar condições para que elas voltem para sua casa ou lhes

oferecer um lar substituto. "Não acontece nem uma coisa, nem outra. Estamos paralisados." A instituição passa a ser o único futuro para vários meninos e meninas.

Mesmo com algumas mudanças - criação de grupos menores, treinamento das equipes, atendimento personalizado - Fernando Freire insiste que as instituições não podem ser um lar definitivo. "O desenvolvimento emocional, intelectual, social das crianças 'depositadas' nas instituições é sempre prejudicado. Precisam ter laços afetivos permanentes, adquirir valores, exercer sua cidadania... precisam de uma família. A existência de instituições é importante. Mas deve ser algo passageiro na vida de uma criança", diz. Mas as crian-

Uma instituição de abrigo não deve ser encarada como o lar definitivo da criança, e sim como algo passageiro na vida dela

ças começam a crescer, completam dois, três anos de idade e são excluídas do projeto de adoção dos casais.

Espelho do racismo - "Adotar uma criança é hoje encarado como meio de reproduzir a paternidade biológica", explicação apontada por Fernando Freire para os casais que procuram recém-nascidos e que sejam fisicamente parecidos com eles. Sueli e Sérgio têm certeza de que, mais do que uma identidade física, uma família pode conquistar uma identidade de valores, de posturas.

Querer um bebê branquinho e de olhos azuis é também sinal de preconceito racial. "Há uma projeção de filho ideal calcada no etnocentrismo", avalia Éle Semog, presidente do Centro de Articulação de Populações Marginalizadas, do Rio de Janeiro. Semog olha para nossa história e localiza o abandono dos filhos pelas famílias negras como algo

recente, presente há menos de um século. "A prática apenas se tornou comum com a passagem de um estado social de pobreza para o de miséria."

Fora de suas famílias, as crianças negras normalmente não são aceitas. Para Semog, "ser negro é considerado um crime". Passa a ser importante o estímulo da adoção entre as famílias negras. Assim, a criança sofreria rupturas menos bruscas. Semog reconhece o valor da iniciativa de famílias brancas adotando crianças negras e enfrentando preconceitos. Poderia ser encarada como uma atitude de solidariedade. "Muitos alegam que não querem ver seus filhos discriminados." Mas para Fernando Freire, os pais não podem se intimidar. "Precisam se perguntar de que forma vão enfrentar esse preconceito e não fugir dele." Fernando traduz esse argumento "de que o problema são os outros" como desprezo dos casais para lidar com a situação.

Dona Vanda lembra que o escândalo entre os familiares, quando Paulo chegou, apenas serviu para lhe dar mais coragem. "Se os pais e os irmãos aceitam a criança como ela é, o que acontece em volta não importa tanto. A criança se sente rejeitada, quando existe rejeição em casa."

Trabalho de amor - Os receios, dúvidas e preocupações surgem naturalmente na cabeça dos casais. "Claro que nós fazemos muitas perguntas sobre a criança que vai chegar." Mas Sueli acredita que essas interrogações não podem se confundir com medo e bloquear as pessoas de pensar nas adoções tardias e inter-raciais.

O caminho seria os casais se prepararem para receber uma criança que já tem uma história. Reconhecer a possibilidade de conflitos e dificuldades. "Adotar o Ivan com seis anos, por exemplo, não é um problema. É apenas mais trabalho." Os pais devem se conscientizar de que essa criança precisa de mais dedicação, paciência e tolerância. Sueli conta que ela chega num mundo diferente, trazida por pessoas estranhas. "Agora pode abrir a geladeira na hora que quiser. Vai receber um beijo todo dia. E vão esperar que ela também dê um beijo." Ivan, Paulo, Vanessa e Cyntia deixaram de ser "apenas mais um" numa instituição e começaram a ser parte importante de uma família.